

OS CONECTORES DA DISJUNÇÃO ¹

HELÊNIO FONSECA DE OLIVEIRA
(UFRJ)

1. INTRODUÇÃO

Partindo da análise feita por Charaudeau (1992:506-513, 799) do comportamento discursivo dos conectores da disjunção em francês, procuramos verificar até que ponto o que o autor observou no francês se aplica ao português, utilizando como *corpus* 22 textos com predominância do modo argumentativo de organização do discurso, extraídos de órgãos de grande circulação da imprensa brasileira, publicados em 1993 e 1994, havendo resultado daí a descrição que se segue, a qual - cremos - pode interessar ao estudo da argumentação escrita em língua portuguesa. A indicação bibliográfica das matérias jornalísticas encontra-se na parte 12 do trabalho.

2. A POSIÇÃO DE CHARAUDEAU

Patrick Charaudeau é um analista do discurso francês. Sua *análise semioingüística do discurso* caracteriza-se pela preocupação, ao mesmo tempo, com o discurso, com o SENTIDO (*lato sensu*) e com o sistema da língua. Seus trabalhos mais importantes são *Langage et discours* (de 1983) e *Grammaire du sens et de l'expression* (de 1992), em cujo capítulo 12 da segunda parte, "L'argumentation et les relations logiques", se encontra a análise da operação lógico-semântica da disjunção em francês, que cotejamos com nossos dados e que pretendemos ir apresentando aos poucos, ao longo da nossa própria exposição. O autor prefere o termo *relatores lógicos* (fr. *relateurs logiques*) a *conectores*. Esses itens lexicais, segundo ele, têm a função de estabelecer *relações lógicas* (no sentido amplo) entre *asserções*. Este também é um termo de sua preferência.

Na terceira parte da gramática, procura distinguir tipos de textos (publicitário, noticioso, didático, científico etc.) de modos de organização do discurso (descritivo, narrativo, argumentativo e enunciativo). Cada tipo textual – argumenta – pode, em princípio, utilizar qualquer modo de organização do discurso (o texto

¹ Este artigo é fruto do projeto "Análise do Discurso e Ensino do Português", em que atuam, além do autor, Agostinho Dias Carneiro, José Carlos Azeredo, Leo Bárbara Machado, Maria Aparecida Lino Pauliukonis e Regina Célia Cabral Angelim. Agradecemos a Ingedore Koch pela leitura meticulosa que fez do trabalho e pelas valiosas sugestões que daí resultaram.

publicitário, por exemplo, pode anunciar seu produto descrevendo-o, argumentando com suas “virtudes”, fazendo um relato etc.), nada impedindo, entretanto, que haja, às vezes, certa correlação entre um tipo de texto e determinado modo de organização discursiva.

3. OS CONECTORES DA DISJUNÇÃO NA TRADIÇÃO ESCOLAR

Os conectores da disjunção recebem, na gramática escolar, a denominação de *conjunções alternativas*: ORA...ORA, SEJA...SEJA, QUER...QUER, OU duplo (OU...OU), OU simples (OU), NEM duplo (NEM...NEM) etc. Os gramáticos, curiosamente, costumam classificar o NEM simples como aditivo e o duplo, como alternativo. Em duas dezenas de gramáticas e livros didáticos de Português que consultamos, esses conectores recebem tal classificação, com exceção apenas de Luft (1976:142), que considera aditivo tanto o NEM simples quanto o duplo. Discutiremos essa questão no item 8.

4. CONDIÇÕES PARA A ACEITABILIDADE DA DISJUNÇÃO NO DISCURSO

As condições lógicas para a existência da disjunção não coincidem com os requisitos da sua aceitabilidade no discurso. Se fôssemos descrever o comportamento discursivo dos conectores da disjunção com base apenas nos conceitos da lógica, concluiríamos que seria aceitável, por exemplo, a disjunção exclusiva de duas proposições quaisquer, bastando para isso que uma fosse verdadeira e a outra falsa, o que, do ponto de vista discursivo, não é suficiente.

A primeira das condições para a aceitabilidade da disjunção no discurso – cf. Charaudeau (1992:506) – é que pelo menos um elemento de uma das asserções disjuntas seja semanticamente idêntico a um dos da outra. (1), por exemplo, preenche essa condição:

(1) “OU o governo estadual intervém, demite os comandos da PM e procede a uma investigação profunda para localizar os grupos de extermínio, OU os grupos de extermínio tomarão conta do governo.”

Nessa disjunção, duas entidades da primeira asserção se repetem na segunda, inclusive com repetição das seqüências “o governo” e “os grupos de extermínio”. Não é indispensável, entretanto, para que se cumpra a primeira condição, que se repitam seqüências de itens lexicais. A repetição pode dar-se de outras formas. Em (2), por exemplo, ela se manifesta através da elipse dos vocábulos “persiste” e “mundo”:

(2) “Atualmente, a cólera só persiste como endemia em países do Terceiro Mundo, OU em setores subdesenvolvidos do Primeiro.”

Outras vezes se repetem especificações semânticas, como se observa em (3) com o item lexical “idéias”, em relação a “programas”:

(3) “Não se discutem programas OU idéias, MAS dados pessoais e a vida particular.”

Enfim, nas disjunções que ocorrem em situações reais de comunicação oral ou escrita, tem de haver um eixo semântico comum aos termos disjuntos, sobre o qual se dá a oposição entre eles.

A segunda condição para a aceitabilidade da construção disjuntiva é a existência de uma terceira asserção, equivalente - segundo Charaudeau - ao domínio semântico representado pelo eixo comum às asserções disjuntas. Essa asserção (posta ou pressuposta) seria, segundo ele, mais geral que as outras duas, podendo *geralmente* ser introduzida por um conector adversativo, o que equivale a afirmar que quando dizemos “(OU) A OU B” admitimos uma destas hipóteses, A ou B, MAS, em qualquer delas, pomos ou pressupomos C, que cremos ser verdadeiro, quer prevaleça A, quer prevaleça B.

Podemos dizer que nosso *corpus* confirma essa afirmação, exceto quando a disjunção como um todo é negada, circunstância em que é realmente possível subentender uma terceira asserção iniciada por MAS, porém por “mas SN”. Nos demais casos, ocorre, explícita ou implicitamente, um “mas PA”, ou seja, um conector adversativo propriamente dito. Não custa lembrar: “mas PA” corresponde a PORÉM e se traduz em espanhol e em alemão, respectivamente, como *pero* e *aber* e “mas SN” equivale a E SIM ou MAS SIM e traduz-se como *sino* em espanhol e como *sondern* em alemão.

Para exemplificar a ocorrência da terceira asserção, examinemos os exemplos (1a), (4), (5) e (6), a seguir, dois deles com OU duplo e dois com OU simples:

(1a) “OU o governo estadual intervém, OU os grupos de extermínio tomarão conta do governo [MAS, *em qualquer dessas hipóteses*, as coisas não vão continuar como estão].”

(4) “Nos Estados Unidos ocorreram vinte casos [de cólera] em 1991. Todas as vítimas eram migrantes OU viajantes” [MAS não se tratava, *em nenhum dos dois casos*, de norte-americanos que não tivessem saído do país].

(5) “Desviar dinheiro público em direção ao próprio bolso, OU para favorecer membros da família [MAS, *seja como for*, desviá-lo], não é outra coisa senão ser cangaceiro de forma mais requintada.”

(6) OU entre OU saia [MAS feche a porta (que o condicionador de ar está ligado)].

Uma das vantagens de se levar em conta, na análise das construções disjuntivas, a existência da terceira asserção é que se explicita, desse modo, a relação – a nosso ver lingüisticamente relevante – dessas construções com a concessão. É sabido que, nas concessões que utilizam o conector adversativo, este introduz o argumento mais forte, com que se minimiza a importância do argumento precedente, através do qual se concede razão à tese “adversária”. Sobre concessão, ver: Ducrot (1977, 1980, 1981 e 1983), Vogt & Ducrot (1980: 103-128), Gettrup & Nolke (1984), Koch (1989), Moeschler & Spengler (1982), Schnedecker (1992), entre outros.

Podemos, portanto, representar a construção disjuntiva (quando não é negada) pela fórmula “(ou) A, ou B (mas C)”, onde, no lugar de “(OU)...OU”, se pode ter também ORA...ORA, QUER...QUER, SEJA...SEJA e ÀS VEZES...ÀS VEZES (mas não NEM...NEM), lembrando que, em qualquer dessas variantes, as asserções disjuntas

estão sempre semanticamente subordinadas a C, já que este, no mecanismo da concessão, é o argumento mais forte. Se se tentar, nos exemplos (20) a (24), em que ocorrem os conectores disjuntivos diferentes de (OU)...OU, identificar o “C” da fórmula, a tentativa será bem-sucedida (sobre as diferenças semânticas existentes entre esses conectores, ver 7.1 a 7.5).

Exemplos em que a disjunção como um todo é negada e em que o conector é, por conseguinte, “mas SN”:

(3) “Não se discutem programas OU idéias, MAS dados pessoais e a vida particular.” (= Não se discutem programas OU idéias, E SIM dados pessoais e a vida particular.)

Em (3) é explícita não só a terceira asserção, mas também o conector que a introduz, ao passo que em (7), abaixo, a terceira asserção é explícita, mas o conector fica implícito:

(7) “O ex-porta-voz [Cláudio Humberto Rosa e Silva] lançou seu livro, não em nome da verdade OU como contribuição pessoal e responsável aos pósteros. Escreveu-o, como confessa, exagerando nos *gossips*”, apenas para ganhar dinheiro – portanto bem dentro do espírito do governo Collor.”,

que se pode parafrasear como:

(7a) O ex-porta-voz lançou seu livro não em nome da verdade OU como contribuição aos pósteros, MAS lançou-o (isto é, “escreveu-o”) para ganhar dinheiro (= não em nome da verdade OU como contribuição aos pósteros, E SIM para ganhar dinheiro.)

A terceira condição para a aceitabilidade da construção disjuntiva - considerando que os termos disjuntos são elementos a ser escolhidos - é, segundo Charaudeau (1992:513), “que o locutor IGNORE a seleção a operar”, o que se pode manifestar, diz ele, através do emprego: (a) da interrogação (direta ou indireta); (b) de uma construção hipotética; (c) de construções declarativas referentes a fatos futuros; (d) do imperativo; etc.

Com efeito, quem pergunta IGNORA a “resposta”; futuro e hipótese associam-se a “dúvida” (que por sua vez se associa a “ignorância”), e o imperativo refere-se a uma ação que o locutor deseja ver praticada pelo interlocutor, havendo DÚVIDA quanto à realização desse desejo. É de esperar, por exemplo, que o locutor de (8):

(8) Vá OU arrumar seu armário, OU estudar para a prova.
tenha dúvida não só quanto à “obediência” do interlocutor, mas também quanto a qual das alternativas ele escolherá, caso seja “obediente”.

Para a relação desses conectores com o sema “futuridade” (não confundir com o flexionamento do verbo no futuro), um exemplo ilustrativo é:

(9) OU vai, OU racha!

O locutor de (9) toma uma providência drástica para resolver determinado problema e afirma que duas coisas podem acontecer num FUTURO próximo, IGNORANDO, porém, “a seleção a operar”. Na primeira HIPÓTESE o problema se resolve (“vai”). Na segunda, a situação se agrava (“racha”).

O trecho que se segue ilustra a relação da construção disjuntiva, ao mesmo tempo, com a idéia de “hipótese” e com a de “dúvida”:

(10) “Por trás dessa RETÓRICA CONFUSA é possível detectar o desconforto da ministra em conviver com Eliseu Resende e uma satisfação canhestra dada a seus amigos petistas. / OU BEM Erundina é ingênua, a ponto de achar que Itamar Franco vai aceitar ser transformado em figura decorativa, OU BEM está preparando astutamente sua saída do governo. NAS DUAS HIPÓTESES, por sua Constituição particular, o presidente deveria se contentar em praticar atos pertinentes às atribuições que lhe foram outorgadas pelos partidos políticos que garantiram a votação do *impeachment*.”

Esse fragmento é a parte final de um editorial do “Jornal do Brasil”, publicado em 10.03.1993. No início do texto, o articulista critica Erundina por haver censurado publicamente Itamar, quando este substituiu o ministro da Fazenda; “é totalmente ESDRÚXULO”, diz ele, ministros criticarem publicamente o Presidente da República, já que um Ministros de Estado é governo e não oposição. “Trata-se, portanto, de um total ABSURDO Erundina propor a Itamar a criação de ‘um fórum com a sociedade civil e os partidos políticos para consultar lideranças antes de tomar decisões’”.

Diante de um fato à primeira vista incompreensível, “absurdo”, é natural que o observador formule “hipóteses” para explicar o aparente paradoxo. Na verdade, a explicação para o comportamento “esdrúxulo” da ex-ministra, para sua “retórica confusa”, é que ela desempenhava os papéis, inconciliáveis segundo o autor da matéria, de membro ao mesmo tempo do governo (porque era ministra) e da oposição, por ser oriunda dos quadros do PT. A disjunção, em (10), desempenha ainda o papel argumentativo de colocar em dilema a ex-ministra (“personagem” a quem se atribui, no texto, a tese oposta à por ele veiculada), a qual tem de admitir, por essa “lógica”, OU que é INGÊNUA (adjetivo pejorativo), OU que é ASTUTA e está DEMISSIONÁRIA (idem).

5. A COORIENTAÇÃO DAS ASSERÇÕES DISJUNTAS

Como já dissemos em outro trabalho - Oliveira (1994) - a fórmula OU...OU e sua variante OU BEM...OU BEM “contém duas proposições disjuntivamente relacionadas, mas argumentativamente convergentes. ‘Ou p ou q’ significa: ‘se p, então não-q e vice-versa’, mas ambas, p e q, implicam a conclusão r”, a que se quer chegar. Nessa construção, por conseguinte, as duas proposições, embora se excluam mutuamente, orientam-se argumentativamente para a mesma tese, com a qual, pois, não resta ao “adversário” outra alternativa senão concordar, daí a natureza dilemática de construções desse tipo.

6. O “OU” AMBÍGUO

Em sentenças interrogativas com OU simples, na comunicação escrita, não fica claro - a não ser que a situação comunicativa ou o contexto privilegie uma das interpretações - se a disjunção é inclusiva ou exclusiva, porque falta à escrita o recurso da entoação, capaz de desfazer esse tipo de ambigüidade. Como nosso objeto de estudo

é precisamente o texto escrito, trataremos tais sentenças como ambíguas, toda vez que a superação da ambigüidade depender exclusivamente da entoação. São frequentes em textos didáticos, como exercícios, testes, provas etc., problemas de compreensão motivados por esse mecanismo. Suponhamos, por exemplo, que um professor inclússe num questionário a seguinte pergunta:

(11) O núcleo da expressão sublinhada é adjetivo OU substantivo?

E digamos que ele esperasse como resposta ou “adjetivo” ou “substantivo”. Nada impediria, não obstante, que um aluno respondesse “sim” ou “não”: se o escopo da pergunta é “adjetivo OU substantivo”, a resposta é “sim” ou “não” e a disjunção é inclusiva; se esse escopo é cada um dos elementos articulados pelo conector, como queria o mestre, a resposta é um deles (“adjetivo” ou “substantivo”), e a disjunção é exclusiva.

Outros exemplos:

(12) O químico do primeiro experimento foi mais científico OU mais específico que o segundo?

(13) Paula estuda latim OU grego?

Para cada uma dessas perguntas há dois pares de respostas possíveis: se a disjunção é inclusiva, a resposta é “sim” ou “não”. Se ela é exclusiva, as respostas são “mais científico” ou “mais específico”, para (12), e “latim” ou “grego”, para (13).

Daf se conclui que, no ensino de produção de textos, é conveniente, como medida preventiva contra a ambigüidade, aconselhar o aluno a evitar o conector OU em sentenças interrogativas, ou a empregá-lo com cuidado.

Note-se ainda que a forma afirmativa, em princípio, não é ambígua: nela só a interpretação exclusiva é possível:

(14) Paula estuda latim OU grego.

Entretanto, nas sentenças afirmativas em que os dois elementos ligados pelo conector possam ser interpretados como sinônimos ou quase sinônimos, pode não ficar claro se a disjunção é inclusiva ou exclusiva, existindo, também neste caso, o risco da ambigüidade. (15) - a seguir - equivalente afirmativo de (12), apresenta esse problema:

(15) O químico do primeiro experimento foi mais científico OU mais específico que o segundo.

O locutor (ou o interlocutor) pode ter a crença (ainda que falsa para quem tenha alguma noção de metodologia da pesquisa científica) de que “mais específico” implica “mais científico”, e neste caso os dois atributos passam a comportar-se no discurso como sinônimos aproximados, o que torna inclusiva a disjunção, como em (16), onde os dois termos são sinônimos propriamente ditos:

(16) Texto injuntivo OU procedimental é o que...

Para evitar o tipo de ambigüidade representado por (15), a solução é substituir o OU simples por conectores menos polissêmicos, a saber: o OU duplo (OU...OU), se o sentido que se deseja exprimir é o exclusivo; ou as locuções ISTO É e OU SEJA, se o efeito desejado é o de inclusão.

7. OS CONECTORES DA DISJUNÇÃO

As principais marcas lingüísticas da disjunção são o OU simples e os conectores duplos OU...OU, ORA...ORA, QUER...QUER, SEJA...SEJA e ÀS VEZES...ÀS VEZES, sendo que este, embora ainda conserve seu valor adverbial, tem comportamento sintático e semântico muito próximo ao de ORA...ORA, razão por que o incluímos na lista. A disjunção, em português, é sempre exclusiva com esses conectores “duplos”, podendo ser exclusiva ou inclusiva com OU simples.

7.1 EXEMPLO DE “OU” SIMPLES NA DISJUNÇÃO EXCLUSIVA

(17) “Violações a direitos humanos ocorrem, em maior OU menor grau, em todos os países.”

Como o grau das violações OU é “maior”, OU é “menor” (não pode ser “maior” e “menor” ao mesmo tempo), fica evidente que a disjunção é exclusiva.

7.2 EXEMPLO DE “OU” SIMPLES NA DISJUNÇÃO INCLUSIVA

(18) “O Estatuto do Menor não permite nem que menores sejam fotografados. Privilégio burro, que impede posterior identificação quando voltam a roubar OU a matar.”

A disjunção é inclusiva (“roubar E/OU matar”): nada impede que um delinqüente juvenil cometa ambos os crimes.

7.3 EXEMPLO DE “OU” DUPLO

(19) “OU o governo estadual intervém, OU os grupos de extermínio tomarão conta do governo.”

Com OU duplo, como já dissemos, a disjunção é sempre exclusiva.

7.4 “QUER...QUER” COM VALOR CONCESSIVO-CONDICIONAL

Garcia (1972:16) fala do emprego “concessivo-condicional” de QUER...QUER e exemplifica com:

(20) “Irei, QUER queiras, QUER não queiras” (= “Irei, SE quiseres, OU MESMO QUE não queiras”).

7.5 ORA...ORA, ÀS VEZES...ÀS VEZES, OU...OU, SEJA...SEJA

É interessante observar o comportamento semântico de OU...OU e SEJA...SEJA, comparado ao de ORA...ORA e ÀS VEZES...ÀS VEZES. Para isso, examinemos os exemplos a seguir:

(21) “Nenhum dos partidos assume a responsabilidade pelo mal que fez, SEJA opondo-se à revisão, SEJA dificultando as sessões.”

(21a) Os partidos agiram mal, SEJA opondo-se à revisão, SEJA dificultando as sessões.

(22) Os partidos agiram mal, OU opondo-se à revisão, OU dificultando as sessões.

(23) Os partidos agiram mal, ORA opondo-se à revisão, ORA dificultando as sessões.

(24) Os partidos agiram mal, ÀS VEZES opondo-se à revisão, ÀS VEZES dificultando as sessões.

OU...OU e SEJA...SEJA possuem valor pontual e não necessariamente temporal, ao passo que ORA...ORA e ÀS VEZES...ÀS VEZES têm valor temporal iterativo (não é por acaso que ÀS VEZES é uma locução adverbial de tempo e ORA provém do ablativo latino de HORA, substantivo do campo semântico de “tempo cronológico”), havendo ainda uma diferença entre os dois últimos: ORA...ORA não contém a especificação semântica de “processo esporádico” contida em ÀS VEZES...ÀS VEZES. Sobre o comportamento, em francês, de *soit ... soit* e *tantôt ... tantôt*, ver Charaudeau (1992:509-510).

8. “NEM” E “NEM...NEM”

Charaudeau (1992:511-512) afirma que a oposição entre a operação lógico-semântica da disjunção e a da conjunção se neutraliza na forma negativa, já que o mesmo conector, NEM..NEM (*ni...ni* em francês) serve para negar tanto uma quanto a outra. Isso pode ser observado nos três diálogos abaixo:

(25) - Ricardo é professor E advogado.

- Isso não é verdade. Ricardo *não* é NEM professor NEM advogado.

(25a) - Ricardo é OU professor OU advogado.

- Isso não é verdade. Ricardo *não* é NEM professor NEM advogado.

(25b) - Ricardo ou é professor, ou é advogado ou é ambas as coisas. (= Ricardo é professor E/OU advogado.)

- Isso não é verdade. Ricardo *não* é NEM professor NEM advogado.

“Nem A nem B”, por conseguinte, pode ser usado para negar não só a conjunção de A e B, mas também sua disjunção (exclusiva ou inclusiva). A classificação pela maioria dos gramáticos do português do NEM duplo como *alternativo* (portanto disjuntivo) e do simples como *aditivo* (portanto conjuntivo), é provavelmente motivada pela intuição que eles têm da natureza fronteira desses conectores entre a função disjuntiva e a conjuntiva e pela hesitação que daí decorre. Além da construção com NEM...NEM, temos em português variantes com NÃO...NEM, NÃO...E NÃO, NÃO...OU etc., como se pode observar em (7b), (7c), (7d) e (7e):

(7b) O ex-porta-voz NÃO lançou seu livro em nome da verdade OU como contribuição aos pósteros, MAS para ganhar dinheiro.

(7c) O ex-porta-voz NÃO lançou seu livro em nome da verdade NEM como contribuição aos pósteros...

(7d) O ex-porta-voz NEM lançou seu livro em nome da verdade NEM o fez como contribuição aos pósteros...

(7e) O ex-porta-voz NÃO lançou seu livro em nome da verdade E NÃO o fez tampouco como contribuição aos pósteros...

Desprezamos diferenças sintático-semânticas “microscópicas” que possa haver entre essas construções e das quais não pretendemos ocupar-nos.

A possibilidade de se substituir OU simples por NEM (simples ou duplo) na negação de uma disjunção decorre precisamente de nesse contexto a oposição entre as duas operações se neutralizar. Por exemplo: (26) pode ser parafraseado por (26a) e (26b) :

(26) “Não se fala em educar os policiais OU redefinir as estratégias de combate ao crime.”

(26a) Não se fala em educar os policiais NEM em redefinir as estratégias de combate ao crime.

(26b) Não se fala NEM em educar os policiais NEM em redefinir as estratégias de combate ao crime.

Aqui também se fez abstração de possíveis diferenças de efeitos de sentido.

9. “OU” SIMPLES E TIPOS DE DISJUNÇÃO

9.1 “OU” SIMPLES NAS CONSTRUÇÕES HIPOTÉTICAS

Charaudeau afirma que a disjunção, “em construção afirmativa, é sempre exclusiva” (p. 511). Nossos dados, não obstante, não confirmam essa afirmação. Não vamos aqui discutir se o que constatamos só se aplica ao português, e a diferença entre as duas análises decorre de as línguas analisadas serem diferentes, ou se aplicaria também ao francês. Limitamo-nos a descrever o que observamos, procurando definir os ambientes sintático-semânticos em que cada um dos dois tipos de disjunção ocorre no *corpus*.

Uma das constatações que fizemos foi que as construções hipotéticas disjuntivas com OU simples, mesmo na forma afirmativa, são sempre inclusivas. Exemplo:

(27) “SE alguma celebridade tentar entrar nos EUA com cordilheiras de eletrodomésticos OU uma cozinha inteira, terá de acertar-se com a Alfândega.”

Se tal “celebridade” entrar nos EUA somente com os eletrodomésticos, somente com “uma cozinha” (mas sem os eletrodomésticos), ou com ambas as coisas, “terá de acertar-se com a Alfândega”, logo a disjunção é inclusiva. (27a) ilustra o mesmo fenômeno na forma negativa:

(27a) SE alguma celebridade NÃO tentar entrar nos EUA com cordilheiras de eletrodomésticos OU uma cozinha inteira, NÃO terá de acertar-se com a Alfândega.

A oposição entre factual e hipotético na verdade não é binária. O *fato* apresentado com visão particularizante é mais *factual* que o descrito com visão generalizante. Há um contínuo, que vai do “grau máximo de hipótese”, para usar a terminologia de Azeredo (1990:97-107), ao grau máximo de *factualidade*. Isso explica por que a disjunção se torna inclusiva em asserções factuais generalizantes, mesmo na forma afirmativa, como em (28):

(28) “O espírito da indexação apoderou-se da economia e das mentes: a elementar atualização do preço dos combustíveis OU a correção do salário mínimo aciona ondas de aumentos de preços.”

A ONDA DE AUMENTOS pode ser ACIONADA só pela “atualização do preço dos combustíveis”, só pela “correção do salário mínimo”, ou por ambas. Se substituirmos ACIONA por ACIONOU, em (28), a visão generalizante dará lugar à particularizante, tornando-se o conteúdo mais nitidamente factual e a disjunção, inconfundivelmente exclusiva. ACIONA é presente iterativo (= “costuma acionar”) - por isso generaliza - tanto que (28) pode ser parafraseado por estruturas com SEMPRE QUE e TODA VEZ QUE:

(28a) TODA VEZ QUE se atualiza o preço dos combustíveis OU o salário mínimo é corrigido, essa atualização aciona ondas de aumentos de preços.

O pretérito perfeito, ao contrário, é pontual, sendo, portanto, particularizante. Outros exemplos de disjunção inclusiva associada a conteúdos factuais generalizantes são (18), acima, e (29), a seguir:

(29) “QUANDO o Brasil atrasa a contrapartida OU a obra não anda, o Banco Mundial suspende novas liberações, mas não deixa de cobrar a amortização.”

QUANDO, aqui, equivale a TODA VEZ QUE:

(29a) TODA VEZ QUE o Brasil atrasa a contrapartida E/OU a obra não anda, o Banco Mundial suspende novas liberações.

Note-se que uma asserção é afirmativa e a outra é negativa, o que demonstra que a natureza generalizante de uma disjunção é quanto basta para torná-la inclusiva, independentemente de as asserções disjuntas serem afirmativas ou negativas. A construção disjuntiva, pela sua própria natureza, já está ligada à idéia de hipótese. A fórmula “(ou) A ou B [mas C]”, como vimos, equivale a: “existem as HIPÓTESES A e B, [mas, em qualquer delas, C]”, logo, aparentemente não faria sentido dividir as disjunções em hipotéticas e factuais. À primeira vista todas seriam hipotéticas. Entretanto, essa subcategorização é necessária. Percebe-se isso, quando se compara (27) a (27b):

(27b) Uma celebridade tentou entrar nos EUA com cordilheiras de eletrodomésticos OU com uma cozinha inteira. Terá, POR ISSO, de acertar-se com a Alfândega.

(27b) deve ser interpretado como: É FATO QUE tal celebridade fez uma coisa OU outra; ter de acertar-se com a Alfândega é uma consequência de qualquer dessas ações. Neste caso, o único aspecto sobre o qual paira dúvida, dando margem à formulação de hipóteses, é o conteúdo trazido (“eletrodomésticos” ou “uma cozinha inteira”?). (27), ao contrário, deve interpretar-se como: NA HIPÓTESE DE QUE tal celebridade tenha feito uma coisa OU outra, terá de acertar-se com a Alfândega. A construção disjuntiva, como um todo, é, portanto, hipotética em (27) e factual, em (27b), hipotetizando em ambas quanto ao material transportado.

9.2 OS DEMAIS CASOS DE “OU” SIMPLES

Com OU simples, a disjunção:

(I) é INCLUSIVA: (I.1) quando hipotética (ou factual com visão generalizante); (I.2) quando a construção disjuntiva como um todo é o escopo da negação; (I.3) quando essa construção é o escopo da interrogação;

(II) é EXCLUSIVA, nos demais casos, ou seja, com conteúdos factuais de visão particularizante, o que pode ocorrer: (II.1) quando as asserções disjuntas são ambas afirmativas; (II.2) quando são ambas negativas (sem que o escopo da negação seja a construção disjuntiva como um todo); (II.3) quando uma é afirmativa e a outra é negativa; (II.4) na forma interrogativa, sendo cada um dos termos disjuntos escopo da pergunta.

Com relação a (I.1), cf. comentários dos exemplos (27), (28) e (29), o mesmo se aplicando a (11), (12) e (13), com relação, ao mesmo tempo, a (I.3) e a (II.4). Para um exemplo de (I.2) - disjunção inclusiva como escopo da negação - ver (26).

Quanto à semelhança de comportamento das construções hipotéticas com as negativas e interrogativas, não se limita aos casos de disjunção inclusiva. Nas línguas naturais, são muitos os aspectos em que tais construções se assemelham. Pode-se, inclusive, utilizar a hipótese como uma espécie de eufemismo para a negação, como nesta passagem do famoso discurso de Antônio, no *Júlio César* de Shakespeare – cf. Shakespeare (s. d.):

(30) “O nobre Bruto disse-vos que César era um ambicioso. A SER ISSO VERDADE, a culpa era grave, e César dolorosamente a expiou.”

Quanto ao emprego de OU simples na disjunção exclusiva, pode ser ilustrado pelos exemplos abaixo, todos de conteúdo factual e visão particularizante:

(31) “43% acreditam que, em certas circunstâncias, uma ditadura é preferível à democracia (21%) OU que tanto faz (22%).” (ambas afirmativas)

Nesse universo de 43%, o indivíduo se encontra OU entre os 21% que preferem a ditadura, OU entre os 22% que acham que “tanto faz”, não podendo pertencer aos dois subconjuntos ao mesmo tempo.

(29b) O Brasil NÃO enviou a contrapartida OU a obra NÃO andou. POR ISSO o Banco Mundial suspendeu as liberações. (ambas negativas)

(32) “A questão é se a Constituição será OU não cumprida.” (uma afirmativa e a outra negativa, SENDO uma a negação da outra)

(33) “Os governos aplicam mal o dinheiro da educação, OU não aplicam.” (uma afirmativa e a outra negativa, IMPLICANDO uma a negação da outra)

(29c) O Brasil atrasou a contrapartida OU a obra NÃO andou. POR ISSO o Banco Mundial suspendeu as liberações. (uma afirmativa e a outra negativa, sem que uma seja ou implique a negação da outra)

São ainda exemplos de disjunções exclusivas aqueles em que cada um dos termos disjuntos, separadamente, é escopo da pergunta, como nas interpretações de (11), (12) e (13) que não conduzem à resposta “sim”/“não”.

Há uma passagem, em Fávero (1991:36), em que a autora imagina o seguinte diálogo:

- (34) - Quer sorvete OU chocolate?
- Quero os dois.

Segundo Fávero, essa resposta seria uma evidência de que a disjunção da pergunta é inclusiva. Nossa análise, entretanto, seria outra. Diríamos que, como o conteúdo da sentença é factual e a visão, particularizante, sendo cada termo da disjunção escopo da pergunta, a interpretação exclusiva se impõe e a resposta do interlocutor deve ser entendida como uma infração intencional à “regra”, de efeito humorístico.

Quanto à interpretação que levaria à resposta “sim”/“não”, fica descartada, uma vez que se trata de uma situação comunicativa em que o interlocutor tem de fazer uma escolha. Além disso, a autora trata o exemplo como representativo da linguagem oral, em que a estrutura entoacional da sentença impediria a ambigüidade.

10. CONCLUSÕES

Da comparação entre o que se passa em nosso *corpus* e a descrição de Charaudeau, pudemos tirar as seguintes conclusões:

(a) Nossos dados confirmam a existência, mencionada por Charaudeau, junto às construções disjuntivas, de uma terceira asserção, posta ou pressuposta, introduzida pelo conector MAS (explícito ou implícito). Tal mecanismo, ao que parece, é universal, não se limitando ao francês ou ao português. A relação das construções disjuntivas com a concessão, portanto, seria uma característica da linguagem humana.

(b) Charaudeau se limita a afirmar que *geralmente* esse mecanismo ocorre, sem delimitar o cotexto de sua ocorrência. Entendendo que o MAS a que ele se refere seja o “mas PA”, “isolamos” o cotexto em que o fenômeno não acontece, a saber, o da disjunção negada, em que o conector da terceira asserção, se se quer que haja uma, é “mas SN”.

(c) No que se refere às outras condições para a aceitabilidade da disjunção no discurso - que haja um eixo semântico comum às asserções disjuntas e “que o locutor IGNORE a seleção a operar” - nada temos a acrescentar à descrição de Charaudeau.

(d) As construções com NEM (simples ou duplo) são fronteiriças entre disjunção e conjunção.

(e) Resssaltamos o valor pontual e não necessariamente temporal dos conectores OU...OU e SEJA...SEJA, ao lado do valor não pontual, temporal e iterativo de ORA...ORA e ÀS VEZES...ÀS VEZES, registrando ainda, neste último, a especificação semântica de “processo esporádico”, que o opõe a ORA...ORA. Tal registro se fez a partir da descrição de Charaudeau do comportamento semântico dos equivalentes franceses desses conectores.

(f) Quanto aos cotextos que tornam exclusiva ou inclusiva a disjunção com OU simples, nossos resultados diferem consideravelmente da descrição de Charaudeau.

(g) Se em determinados ambientes sintático-semânticos a disjunção é sempre inclusiva, sendo sempre exclusiva nos demais (cf. 9.1 e 9.2), conclui-se que entre os dois tipos o que existe não é propriamente oposição, mas distribuição complementar, logo a oposição que se neutraliza na forma negativa é a da conjunção com a disjunção em geral, e não com qualquer dos subtipos desta.

(h) Pode provocar ambigüidade o emprego de OU simples: (I) na forma interrogativa; (II) na afirmativa, quando os termos disjuntos podem interpretar-se como sinônimos ou quase sinônimos. Charaudeau, no trabalho citado, não se ocupa do tema do OU ambíguo, mas achamos proveitoso abordá-lo, pela sua aplicabilidade no ensino do português.

A análise de Charaudeau contém aspectos que não examinamos, por falta de tempo e de espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. Iniciação à sintaxe do português. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- CHARAUDEAU, Patrick. Grammaire du sens et de l'expression. Paris, Hachette, 1992.
_____. Langage et discours. Paris, Hachette, 1983.
- DUCROT, Oswald. As escalas argumentativas. In ---. Provar e dizer. São Paulo, Global, 1981.
_____. Dizer e não dizer; princípios de semântica lingüística. São Paulo, Cultrix, 1977.
_____. Operateurs argumentatifs et visée argumentative. Cahiers de Linguistique Française. Genève, 5:7-36, mar. 1983.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo, Ática, 1991.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- GETTRUP, Harald & NOLKE, Henning. Stratégies concessives: une étude de six adverbres français. *Révue Romane*. 19:3-47, 1984.
- KOCH, Ingedore G. V. Mas era primavera. In: GUIMARÃES, Eduardo, org. História e sentido na linguagem. Campinas, Pontes, 1989. p. 129-148.
- LUFT, Celso Pedro. Moderna gramática brasileira. Porto Alegre, Globo, 1976.
- MOESCHLER, J. & SPENGLER, N. L. La concession ou la réfutation interdite: approches argumentative et conversationnelle. In: Cahiers de Linguistique Française 4, 1982.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Contribuição ao ensino da argumentação escrita: o emprego de conectores. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM DO RIO DE JANEIRO (ASSEL/RIO), 2^o., Rio de Janeiro, 1993. Anais..., Rio de Janeiro, ASSEL/RIO, 1994. A sair.
- SCHNEDECKER, Catherine. Quand il faut faire des concessions: quelques suggestions pour une didactique de la concession. *Pratiques*. Metz, 75: 76-110, set. 1992.
- SHAKESPEARE, [William]. Júlio César. Porto, Lelo, s.d. Tradução de Domingos Ramos.
- VOGT, Carlos & DUCROT, Oswald. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos. Linguagem, pragmática e ideologia. São Paulo, HUCITEC / FUNCAMP, 1980. p. 103-128.

CITAÇÕES DO CORPUS

SIGLAS UTILIZADAS: "Jornal do Brasil" = JB; "Folha de São Paulo" = FSP; "O Globo" = OG

(1) JB, 31.08.1993, Cad. A, p. 10.; (2) “A Doença da Pobreza”: JB, 02.03.1993, Cad. A, p. 8.; (3) “Acima da Política”: JB, 02.03.1993, Cad. A, p. 8.; (4) “A Doença da Pobreza”: JB, 02.03.1993, Cad. A, p. 8.; (5) “No Tempo do Cangaço”: JB, 13.04.1993, Cad. A, p. 8; (7) “Festival de Baixeza”: JB, 02.03.1993, Cad. A, p. 8.; (7) “Escola do Crime”: JB, 02.08.1994, Cad. A, p. 10.; (10) “Oposição Propositiva”: JB, 10.03.93, Cad. A, p. 8.; (17) “Invasão à Vista”: FSP, 02.08.1994, Cad. 1, p.2.; (18) “Escola do Crime”: JB, 02.08.1994, Cad. A, p. 10.; (19) JB, 31.08.1993, Cad. A, p. 10.; (21) “A Crise Anunciada”: JB, 28.04.1994, Cad. A, p. 10.; (26) ZAPPA, Regina, “O mal pela raiz”. In: JB, 09.08.1993, Cad. A, p. 2.; (27) “A Copa Está Acima da Lei”: OG, 24.07.1994, Cad. 1, p. 7.; (28) “Acima da Política”: JB, 02.03.1993, Cad. A, p. 8.; (29) OLIVEIRA, Nelsos Luiz de. “Má Gestão de Recursos Impede Liberação do Bird”: “O Municipal”. 22.04 a 28.04.1994, p. 4.; (31) “Procuram-se Candidatos”: FSP, 21.11.1993, Cad. 1, p. 2.; (32) “Raspando o Ensino”: JB, 27.02.1993, Cad. A, p. 8.; (33) Idem.

OBSERVAÇÕES: (a) Só entram nesta lista os textos do *corpus* citados na redação do trabalho.
(b) não assinalamos as lacunas das citações interrompidas, por considerarmos tal informação irrelevante.